

AS MULTITERRITORIALIDADES DAS MULHERES E O MUNDO DO TRABALHO

Paloma Schenato¹
Mauro Augusto dos Santos²

Resumo:

O objetivo deste artigo é analisar como as multiterritorialidades vivenciadas pela mulher, diretamente associadas aos papéis sociais a ela atribuídos, interferem na sua inserção no mercado de trabalho e na sua ascensão profissional. Os resultados da pesquisa mostram tentativas de se minimizar o impacto provocado pela dificuldade de as mulheres ocuparem cargos de liderança. Apesar dos esforços, o que se verifica é que um número muito pequeno de mulheres ocupa postos estratégicos dentro das organizações. As multiterritorialidades vivenciadas pelas mulheres – de bases patriarcais – são apontadas como um dos grandes entraves a sua ascensão profissional. O baixo número de mulheres entre os cargos mais altos das organizações traz, para essas, perdas de conhecimento humano e do valor econômico a ele associado. Para a mulher, traz perdas pessoais relacionadas a sua satisfação profissional e financeira.

Palavras-chave: Trabalho. Mulheres. Território. Multiterritorialidades

Abstract:

The aim of this article is to analyze how the multiterritorialities experienced by woman, directly associated with the social roles assigned to her, interfere in her insertion in the labor market and in her professional ascension. The research results show attempts to minimize the impact caused by the difficulty for women to occupy leadership positions. Despite the efforts, what is verified is that a very small number of women occupy strategic positions within the organizations. The multi-territorialities experienced by women - on a patriarchal basis - are identified as one of the major obstacles to their professional growth. The low number of women among the highest positions in organizations brings, for them, losses of human knowledge and the economic value associated with it. For women, it brings personal losses related to their professional and financial satisfaction.

Keywords: Work. Women. Territory. Multiterritorialities

¹ Mestre em Gestão Integrada do Território pela Universidade Vale do Rio Doce (2020). Graduação em Engenharia de Produção pela Faculdade Pitágoras (2012) e MBA em Gestão Integrada - Qualidade, Meio Ambiente, Saúde e Segurança Ocupacional e Responsabilidade Social pela Fundação Pedro Leopoldo (2015). Tem experiência na área de Engenharia de Produção, com ênfase em Gestão de Qualidade e Inovação. Atua como CEO da Startup Itour, Diretora Geral da EGL de Turismo de Governador Valadares, consultoria empresarial e palestras.

² Doutor em Demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2010). Possui graduação em Ciências Sociais, com ênfase em Sociologia, pela Universidade Federal de Minas Gerais (1997) e pós-graduação em Gestão de Micro e Pequenas Empresas pela Universidade Federal de Lavras (2002). Desenvolveu pesquisa de pós-doutoramento no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (2014) sobre o tema: migração de brasileiros para Portugal. É associado da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP) e da International Union for Scientific Studies of Population (IUSSP). Atua desde 2010 como professor adjunto da Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE), lecionando no Mestrado em Gestão Integrada do Território e em cursos de graduação.

1 INTRODUÇÃO

A mulher desde os tempos mais remotos é imbuída da responsabilidade da organização e manutenção do lar. A organização dos papéis sociais, ainda nos dias de hoje, possui estrutura patriarcal e segrega as tarefas femininas das masculinas, direcionando homens aos setores públicos e as mulheres aos setores privados. Eles aos trabalhos remunerados, elas ao trabalho doméstico não remunerado. Se trata de uma separação de responsabilidades intuídas pelo senso comum (KANAN, 2010). A sociedade vem, a partir das requisições feministas e lutas por igualdade, avançando na busca de um maior equilíbrio no âmbito privado e público, mas ainda evidenciamos uma disparidade numérica de resultados que retratam, de forma significativa, que é sobre os ombros das mulheres que recaem as maiores responsabilidades dentro do lar (IBGE, 2018).

Essa divisão e direcionamento de responsabilidades entre mulheres e homens no âmbito privado refletem diretamente nos resultados que temos hoje em relação a ocupação de cargos mais elevados por mulheres e homens no mercado de trabalho (NEVES, 2013). A força de trabalho feminina vem, a cada dia, ganhando espaço no âmbito público, no entanto, é objeto de discussão que mesmo ocupando o mesmo cargo de um homem, a mulher comumente tem uma remuneração menor (IBGE, 2018). Discute-se também que as mulheres estão mais expostas ao trabalho precário – sem vínculo empregatício – (HIRATA, 2009) e, quando se analisa a posição da mulher na empresa onde trabalha, observa-se que ainda não ocupam na mesma proporção os cargos gerenciais (IBGE, 2018).

Existem áreas de trabalho predominantemente femininas ou masculinas. Com exceção dos setores de comércio e administração pública, as mulheres tendem a ocupar trabalhos voltados a educação, saúde e serviços sociais, enquanto os homens são mais numerosos nos setores agropecuários, de construção e industriais (IBGE, 2018).

A baixa ocupação de cargos gerenciais por mulheres é uma questão que traz prejuízos em diversas perspectivas. Da perspectiva da mulher, perdas pessoais em relação a realização profissional e financeira. Da perspectiva das organizações, observa-se perdas de capital intelectual e de valor econômico a esse associado. Já para a sociedade percebe-se perdas econômicas e em qualidade de vida, afinal, a contribuição financeira da mulher no âmbito doméstico, se reduzida, impacta diretamente no poder econômico da família.

Diante do exposto, o objetivo desse trabalho é analisar como as multiterritorialidades vivenciadas pela mulher, diretamente associadas aos papéis sociais a ela atribuídos, interferem na sua inserção no mercado de trabalho e na sua ascensão profissional.

A metodologia utilizada para a elaboração deste trabalho foi a pesquisa bibliográfica e documental. Realizou-se uma busca sistemática no Google Scholar sobre publicações que tratassem sobre o tema da desigualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho contemporâneo e sobre o trabalho flexível, considerando-se uma perspectiva territorial. Utilizou-se as palavras-chave: organização do trabalho, mulher, trabalho contemporâneo, empreendedorismo, trabalho flexível e território. Como filtro, foi utilizado o período de publicação, que deveria ser entre 2008 e 2019, sendo obtidos 14.800(0,05s) resultados que foram classificados por relevância. Como critério secundário foram selecionados artigos e teses citados no mínimo uma vez em outros trabalhos. Foram descartados trabalhos cujo temas não fossem de interesse desta pesquisa. Limitou-se a observar resultados que apareceram até a página 48 (quarenta e oito) da plataforma.

Verificou-se que, apesar da grande quantidade de trabalhos encontrados circundando a temática da desigualdade da mulher no campo do trabalho, sob variadas perspectivas, em nenhum deles a abordagem territorial aparece.

Realizou-se também uma busca no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes com as mesmas palavras-chave, com o objetivo de verificar publicações realizadas acerca do tema, retornando setenta e três publicações. Novamente, a abordagem territorial não foi encontrada em nenhum dos trabalhos.

Os resultados obtidos a partir das buscas realizadas evidenciam progressos teóricos em relação aos fatores condicionantes da desigualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho e sua relação imbricada com o contexto no campo público (social) e privado (particular) da vida das mulheres. Tratando-se de uma temática complexa por natureza, verifica-se a necessidade de estudos que comportam essa temática em sua complexidade. Haesbert (2007, p. 43) ressalta a importância de se conceber a leitura do espaço e do território como estratégia de transformação da sociedade, destacando que “toda ação que se pretenda efetivamente transformadora, hoje, necessita, obrigatoriamente, encarar esta questão: ou se trabalha com a multiplicidade de nossas territorializações, ou não se alcançará a transformação que almejamos”.

Foram também utilizados dados secundários, tendo como principais fontes a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e as Estatísticas de Gênero – Indicadores sociais das mulheres no Brasil, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e os relatórios do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), da Pesquisa Global Entrepreneurship Monitor (GEM) e do Instituto Rede Mulher empreendedora (IRME).

Este artigo está dividido em quatro seções, além dessa introdução. Na próxima seção é apresentado os conceitos de território, territorialidade e multiterritorialidade. Na terceira seção, são discutidas questões relacionadas a mulher no mundo do trabalho e, na quarta seção, é analisado o empreendedorismo feminino. Por fim, temos as considerações finais.

2 TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE E MULTITERRITORIALIDADE

O território, conceito amplamente utilizado de perspectivas diferentes em várias áreas do conhecimento, será utilizado aqui no enfoque dado pela Geografia Humana. Nessa abordagem, o conceito é abordado sobre duas perspectivas, uma materialista – com ênfase em aspectos jurídicos, políticos e econômicos – e outra que privilegiaria aspectos simbólicos e subjetivos.

Para Raffestin (1993), o território é consequência de ações produzidas por um ator que projeta nele trabalho (energia e informação), constituindo relações de poder. O autor salienta que:

Essa produção de território se inscreve perfeitamente no campo do poder de nossa problemática relacional. Todos nós combinamos energia e informação, que estruturamos com códigos em função de certos objetivos. Todos nós elaboramos estratégias de produção, que se chocam com outras estratégias em diversas relações de poder. (RAFFESTIN, 1993, p. 152).

São as relações de poder e a articulação de suas estratégias que, impreterivelmente, constroem um espaço social e processual fazendo emergir o território, associando, simultaneamente, materialidades e imaterialidades.

Os indivíduos são peças centrais na constituição de qualquer território a partir das relações simbólicas, afetiva, influências e conflitos protagonizados (SAQUET; SPOSITO, 2009).

Os territórios, em sua dupla perspectiva, são complementares e indissociáveis, são

corpo, conhecimento, cultura, casas, empresas, cidades, regiões e países entre inúmeras outras possibilidades. Para Haesbaert (2007, p. 20), “território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação”.

Todo território, concomitantemente e compulsoriamente é, através das relações de poder, campo de produções de funcionalidades e significados. Também é apropriado dizer que, por menor que seja a interação simultânea de carácter funcional, econômico-política, de carga simbólica, ou de ordem cultural, elas sempre coexistirão no seio de um território (HAESBAERT, 2007, p. 5). “Podemos então afirmar que o território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espço, “desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai de dominação político-econômica mais “concreta” e “funcional” à apropriação mais subjetiva e/ou “cultural-simbólica” (HAESBAERT, 2004, p. 95-96).

A territorialidade, por sua vez, se origina de um sistema tridimensional, espaço-sociedade-tempo, em que esse conjunto de relações trata do vivido, por um determinado grupo em um determinado local sob uma determinada circunstância. Refere-se as relações políticas, culturais e econômicas vividas cotidianamente no seio das relações sociais. São as territorialidades que dão ao indivíduo o sentimento de pertencimento, uma vez que esse também possui representações comuns a seu grupo/sociedade. Essas subjetividades de um povo, expressões próprias de um território, como sua forma de pensar, práticas e cultura retrata a territorialidade daquele grupo (RAFFESTIN, 1993).

Para Saquet (2013), as territorialidades são as atividades cotidianas realizadas nas esferas familiares, do trabalho, do lazer, relações sociedade-natureza elementares para a reprodução social e biológica, que resultam na construção de cada território. A articulação dessas dimensões inseparáveis, envoltas em expressões de poder, reproduzindo a vida e criando cenários identitários e culturais dão origem as territorialidades.

As territorialidades são um composto relacional dinâmico que sofrem alterações ao longo do tempo e possuem atributos característicos dos grupos sociais onde são concebidas e influenciadas pela história e condição geográfica de cada região (SAQUET, 2009).

Há de se perceber que esse complexo processo de concepção de territorialidades dos grupos sociais fica ainda mais dinâmico quando levamos em consideração as temporalidades. Nesse sentido, as territorialidades não são estáticas, mas sofrem alterações ao logo do tempo,

gerando novas territorialidades e territórios que possuem particularidades das antigas territorialidades e territórios.

Como abordado anteriormente, o território possui nuances materiais e imateriais e a organização no espaço dos grupos sociais, sempre em movimento, tão comumente superam limites e fronteiras. Para Heidrich (2013),

Quando se difunde o uso de uma nova tecnologia difunde-se progresso, mas não significa que ele seja pleno e incorpore todas as pessoas às novas condições. Em função dessa desigualdade, atualmente parte da sociedade apresenta fortes vínculos em âmbito mais global, ao mesmo tempo em que se distancia da territorialidade local, quer dizer, pouco se envolve com as demandas coletivas locais. Em situação oposta, partes significativas da sociedade permanecem “presas” às ofertas do lugar em que vivem. (HEIDRICH, 2013, p. 59).

A territorialidade vivenciada por alguns indivíduos distingue-se da territorialidade vivenciada por outros. Os bens econômicos e a tecnologia acessível a cada um deles é um forte diferenciador dessas territorialidades, mesmo que o território seja comum a todos. O acesso desigual a esses meios provoca experiências distintas.

De forma simplificada, Haesbaert (2007, p. 28), aponta quatro objetivos/fins principais da territorialização, sendo esses: a) “abrigo físico, fonte de recursos materiais e/ou meio de produção”; b) construção identitária de um grupo a partir de referenciais espaciais; c) controle dos indivíduos através do espaço e d) “construção e controle de conexões e redes”.

É incontestável a multidimensionalidade na qual estamos inseridos e como pessoas de um mesmo território possuem territorialidades distintas. Estamos, a todo tempo, produzindo relações em âmbitos diversos de nossa existência, como na política, na cultura, na família, no trabalho, nos ciclos religiosos, nos centros de estudo, na vizinhança, entre tantas outras possibilidades. E fazemos isso a níveis escalares, dentro de nossas casas, em nosso bairro, em nosso país e até em nível internacional.

A coexistência entrecruzada, o movimento complexo, sobrepostos e articulados de múltiplos territórios e territorialidades, em dimensões (escalas) diversas, dá origem as multiterritorialidades (HAESBAERT, 2007).

Os múltiplos territórios e territorialidades se efetivam em diversas escalas espaciais e temporais através das relações do sujeito com o lugar onde vive, o fluxo de circulação e comunicação, as relações de poder, sua forma de dominação e a criação de identidade, tanto em

âmbitos econômicos, políticos e culturais (SAQUET e SPOSIO, 2009). Segundo Haesbaert (2007),

O território, como espaço dominado e/ou apropriado, manifesta hoje um sentido multi-escalar e multi-dimensional que só pode ser devidamente apreendido dentro de uma concepção de multiplicidade, tanto no sentido da convivência de ‘múltiplos’ (tipos) de território, quanto da construção efetiva da multiterritorialidade. (HAESBAERT, 2007, p. 42)

Para Haesbaert (2007) a multiterritorialidade contemporânea agrega mudanças quantitativas e qualitativas, visto que quantitativamente existe um aumento significativo do número de territórios e territorialidades alcançáveis e, qualitativamente, a possibilidade de vivenciar simultaneamente e combinadamente esses territórios e territorialidades. O autor enfatiza que trabalhar o conceito de multiterritorialidade é especialmente importante por proporcionar olhares mais completos e inovadores as políticas sociais. Ainda de acordo com o autor,

A existência do que estamos denominando multiterritorialidade, pelo menos no sentido de experimentar vários territórios ao mesmo tempo e de, a partir daí, formular uma territorialização efetivamente múltipla, não é exatamente uma novidade, pelo simples fato de que, se o processo de territorialização parte do nível individual ou de pequenos grupos, toda relação social implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios. Em certo sentido, teríamos vivido sempre uma multiterritorialidade. (HAESBAERT, 2004, p. 344)

O surgimento e proliferação em escala global da tecnologia informacional é forte impulsor da multiplicidade de territórios e territorialidades, uma vez que, para além do deslocamento físico existe o deslocamento realizado virtualmente, o que possibilita a integração e interação de tantos outros territórios e territorialidades de forma imprevisível e instável (HAESBAERT, 2007). “Essa flexibilidade atual do mundo dito “pós-moderno”, permite que alguns grupos, em geral os mais privilegiados, usufruam de uma multiplicidade inédita de territórios” (HAESBAERT, 2007, p. 20). O autor ainda salienta que, na composição dos Estados contemporâneos, mescla-se identidades culturais e territoriais distintas com o aparecimento de vínculos ainda mais complexos de ordem local e global (HAESBAERT; LIMONAD, 2007).

Dentro dessa perspectiva de articulações espaciais e em rede, manifestam-se territórios redes mais flexíveis e, no interior desse espaço, há uma multiplicidade de possibilidades

constituindo, a partir daí, uma nova multiterritorialidade. Para compreender – e promover – qualquer transformação social complexa, devemos fundamentalmente trabalhar com a multiplicidade de poderes, sujeitos, territórios e territorialidades a ela associados (HAESBAERT, 2007).

3 A MULHER NO TERRITÓRIO DO TRABALHO

Desde os tempos mais remotos, a sociedade já se organizava a partir da divisão sexual do trabalho (ALVESSON; BILLING, 2009). O surgimento das primeiras indústrias fez emergir um território substancialmente mais dinâmico e marcado por relações de poder significativamente assimétricas. A visão do trabalho remunerado estava diretamente relacionada ao sexo e os movimentos econômicos definindo assim, as territorialidades dos indivíduos e seus grupos sociais. A sociedade passou a se articular de forma a subalternizar o sexo feminino (GIDDENS, 1993). O início da era industrial foi consideravelmente impactante nesse momento, com as territorialidades femininas sendo marcadas por responsabilidades estritamente familiares e pela ideia da fragilidade da mulher que acabava por impor a elas a privação ao espaço público e a participação sociopolítica.

A dominação político-econômica exercida pelos homens desdobrava-se definindo as apropriações culturais e simbólicas referentes às mulheres que, sem participar das esferas públicas e econômicas, estavam condicionadas aos cuidados com a família e com o lar. As territorialidades dos sujeitos eram exercidas majoritariamente por uma complementação de papéis, as mulheres destinadas ao ambiente privado e os homens ao ambiente público. Todavia, a falta de acesso das mulheres as esferas econômicas e política imprimia ao grupo expressiva falta de poder, ficando essas submissas aos homens.

A participação da mulher no mercado de trabalho se dava por necessidades financeiras e a elas estavam destinadas as funções de pouco valor. As duas grandes guerras mundiais foram eventos que influenciaram e, de certa forma, alteraram traços das territorialidades, proporcionando uma maior inserção das mulheres no mercado de trabalho. Importante ressaltar que, embora a diminuição de mão de obra masculina ocasionada pelas guerras permitiu que as mulheres passassem a ocupar espaços públicos e profissionais, isso não foi significativo o suficiente para que ocupassem o mesmo lugar que os homens no mercado de trabalho (ALVESSON; BILLING, 2009).

A figura feminina subjugada a figura masculina que acumulava, entre outras, desvantagens políticas, educacionais e profissionais começou a se inquietar e a reivindicar seus direitos, o que mais tarde foi denominado como Movimento Feminista.

O Movimento Feminista, desde o seu surgimento, busca romper com essas lógicas produtivas e as consequentes opressões e barreiras oriundas da cultura patriarcal e da divisão sexual do trabalho (TELES 1993). Segundo Haesbert (2004, p. 35) “o processo de territorialização parte do nível individual ou de pequenos grupos, toda relação social implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios”. Pelo exposto pelo autor, é possível refletir que, é a partir do momento que as mulheres inseridas no mercado de trabalho e os movimentos feministas promovem uma interação territorial é que se torna possível a formação de um grupo que busca conquistar melhores posições nesse mercado. A atuação desses grupos não levou a uma completa modificação de territorialidades, mas a coexistência delas. As mulheres passaram a vivenciar de forma mais intensa a multiterritorialidade.

A inserção da mulher no mercado de trabalho não deu a elas uma “liberação” das responsabilidades sociais que lhes eram atribuídas, como a responsabilidade da criação dos filhos e manutenção do lar, mas significou o começo de uma dupla jornada. Desta forma as mulheres começaram a se inserir no mercado de trabalho, mas isso não levou a um rompimento com as territorialidades de bases patriarcais efetivadas até então e que coexistem até os dias atuais.

No Brasil, as responsabilidades por afazeres domésticos atribuída as mulheres, impactam na sua inserção ao mercado de trabalho. De acordo com o IBGE (2018), isso pode estar relacionado ao fato da mulher ainda se dedicar em média 72,3% a mais de horas que os homens com os afazeres domésticos e aos cuidados com familiares. Elas também são mais numerosas em trabalhos em tempos parciais. A presença de crianças em casa afeta negativamente na inserção e participação das mulheres no mercado de trabalho, já para os homens afeta positivamente.

Apesar das conquistas feministas em relação a igualdade de gênero, conquistando uma maior inserção no mercado de trabalho e que alguma divisão das responsabilidades com a família e com o lar comecem a desenhar emergentes territorialidades, as mulheres ainda assumem majoritariamente as tarefas do lar e da criação dos filhos, desempenhando assim um duplo papel. As mulheres estão condicionadas a serem as responsáveis pelos cuidados domésticos ao mesmo tempo que buscam participar do mercado de trabalho. Para França e

Schimanski (2009), ao desdobrar-se para desempenhar dupla jornada, a mulher não consegue visualizar sua própria condição que passa a ser percebida como algo natural embora frequentemente tenham que sacrificar seus momentos de descanso para conseguir executar todas as tarefas a elas atribuídas.

Entretanto, uma transição demográfica vem acontecendo no Brasil, e os arranjos familiares estão cada vez mais diversificados e plurais. Cavenaghi e Alves (2018, p. 30), ressaltam que a configuração casal com filhos, embora sempre tenha sido hegemônico na sociedade brasileira, “está prestes a perder a maioria absoluta e a tendência é continuar perdendo participação relativa”. As famílias com maiores números de membros transformaram-se em menores, mais nucleares e de formações mais diversificadas. Essa transformação social, com a alteração da estrutura familiar, é resultado de movimentos multiterritoriais a favor da despatriarcalização.

As quedas das legislações que fortaleciam foram significativas para fortalecer o processo de independência das mulheres perante a família e a sociedade. O homem deixou de ser tutor legal da mulher em 1962, o divórcio só foi possível em 1977 e o “pátrio poder” ó foi abolido em 1988 e na mesma ocasião definiu-se que homens e mulheres possuíam mesmos direitos e deveres em relação aos filhos (CAVENAGHI; ALVES, 2018).

Entre outros indicadores que mostram a mudança que vem ocorrendo na estrutura da família brasileira está o aumento da união consensual, que no ano de 1960 era de 6,5% e em 2010 subiu para 36,4%. O número de divórcios também aumentou de forma significativa, o que pode ser reflexo da maior autonomia feminina e menor flexibilidade das mulheres com certas determinantes patriarcais (CAVENAGHI; ALVES, 2018).

No século XXI as mulheres solteiras não mais carregam estereótipos pejorativos de anomalia social como no passado, em que eram submetidas a avaliações de sua moral e poderiam ser denominadas como levianas, o que reforça e retoma às mulheres maior autonomia em assumir suas vontades pessoais. (CAVENAGHI; ALVES 2018). De certo que a sociedade ainda designa diversos estereótipos, muitos deles com o intuito de segregar, discriminar e oprimir pessoas, mas no que se refere especificamente as mulheres e sua condição civil já não possui mais o mesmo poder de opressão que no passado.

O processo de despatriarcalização encontra-se em curso influenciando os arranjos familiares e sua organização, mas ainda se apresenta longe de uma equidade absoluta. Está em curso a transição do arranjo familiar antes hegemônico para a família nuclear conjugal e para

pessoas que residem em domicílios unipessoais – como exemplo, temos o número crescente de mulheres que moram sozinhas (CAVENAGHI; ALVES 2018).

À medida que a formação familiar foi ficando mais heterogênea, a necessidade de gerar renda, em muitos casos, passou a ser da mulher. Estatisticamente, quase a metade dos lares brasileiros hoje é gerida, funcional e financeiramente, por uma mulher. O número total de famílias no Brasil aumentou 39% em 15 anos (2001-2015). O número de famílias chefiadas por homens aumentou 13% e o número de famílias chefiadas por mulheres aumentou 105%. Em termos gerais o número de famílias chefiadas por homens diminuiu de 72 para 59,5% e o de mulheres aumentou de 27,4 para 40,5%. Os domicílios unipessoais foram os que apresentaram a maior taxa de crescimento no período (122,2%), seguido dos casais sem filhos³ (101,9%). O arranjo familiar casal sem filhos e que a mulher é o chefe do domicílio apresentou um expressivo aumento de 822,0% (CAVENAGHI; ALVES, 2018).

As mudanças econômicas e sociais influenciam novas e múltiplas territorialidades, incluindo mudanças na estrutura da família. O empoderamento da mulher faz com que aumentem a sua autonomia e suas possibilidades de escolhas, ainda que as mudanças nas relações de gênero ainda sejam um processo em curso.

Ressaltando que o termo empoderamento é aqui utilizado numa perspectiva que envolve tanto a dimensão coletiva quanto individual. No âmbito coletivo está associado principalmente a questões ligadas aos direitos humanos e ao aumento da participação em todas as esferas da sociedade. No âmbito individual, diz respeito a tomada de consciência, por parte do sujeito, dos diferentes fatores que atuam sobre a realidade social e que afetam a sua existência (BAQUERO, 2012). No caso do empoderamento feminino implica

no reconhecimento das restrições sociais a que a categoria está submetida e da necessidade de reversão dessa situação, por meio de mudanças em um contexto amplo/público (inserção em cargos de poder/decisão, educação não sexista e serviços de saúde adequados) e também em contextos mais específicos, ou individuais (aumento de autoestima e autonomia, reorganização do trabalho doméstico, etc) (CORTEZ; SOUZA, 2008, p. 172).

Embora exista uma relação direta entre trabalho e a subsistência financeira do lar, o crescimento das famílias chefiadas por mulheres não foi acompanhado pelo seu crescimento

³ Casais que não possuam filhos ou esses já não residiam no domicílio.

profissional e de uma maior inserção no mercado de trabalho. Ou seja, a responsabilidade familiar da mulher aumentou, pois agora é também a responsável financeira, porém o mercado de trabalho não acompanhou esse desdobramento de forma proporcional (CAVENAGHI; ALVES, 2018).

As mulheres são menos numerosas na força de trabalho no Brasil, porém são mais numerosas em trabalhos de tempos parciais e informais. Elas estão mais concentradas na prestação de serviços, cuidados com pessoas, área da saúde, do ensino e no trabalho doméstico. Apesar de constituírem um volume de mão de obra significativo, as mulheres têm poucas representantes em cargos estratégicos nas indústrias, no comércio e no governo. Elas possuem uma maior representatividade em cargos gerenciais, mas não nos cargos de direção (IBGE, 2018).

A questão salarial é outro fator crítico na inequidade do mercado de trabalho. As mulheres, em média, ganham 25,0% a menos que os homens. É registrado a ascensão profissional e valores de salários iguais entre homens e mulheres apenas no setor público (IBGE, 2018).

Como apontado por Hirata (2009), o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho está associado ao aumento do trabalho vulnerável e/ou precário. As mulheres também são mais numerosas quando comparado aos homens em relação a quantidade de pessoas com escolaridade de nível superior, ou seja, elas possuem mais instrução que os homens e mesmo assim não possuem igualdade de tratamento nas promoções profissionais.

Essa barreira quase intransponível que faz com que as mulheres tenham pouca representatividade em cargos estratégicos é conhecida na literatura como *Glass Ceiling* – traduzindo para o português, teto de vidro. Esse fenômeno global possui duas vertentes que se confrontam quando se debate suas causas que estão baseados em ações discriminatórias e/ou diferenças de comportamento entre homens e mulheres (COELHO, 2006).

A promoção interna organizacional é incumbência dos gestores e os critérios de promoção, geralmente, não estão bem definidos ou, perpassam pela percepção individual do gerente. Como os homens ocupam, em quase totalidade, as posições mais altas da hierarquia organizacional, cabe a eles decidirem sobre a promoção profissional. Assim, os critérios utilizados para a escolha do melhor candidato para ocupar o um determinado cargo perpassam pela concepção de comando construída a partir dos seus próprios valores e características masculinas. Nesse momento o teto de vidro se forma, uma barreira invisível surge, dificultando

ou quase impossibilitando a promoção feminina e, em consequência disso, favorecendo a promoção masculina. Essa barreira invisível aos olhos humanos se torna visível ao se analisar a progressão da carreira dos indivíduos, que ocorre de forma dicotômica, uma vez que favorece os homens e desfavorece as mulheres, deixando clara a existência desse fenômeno (COELHO, 2006).

Outra construção social que afeta sob maneira a progressão de carreira da mulher no mercado de trabalho trata-se de como homens e mulheres são percebidos a partir das mesmas atitudes. Por exemplo, se um determinado líder se comporta de maneira intempestiva, muito provavelmente ele será visto como um profissional preocupado e comprometido com o trabalho. Quando o mesmo comportamento ocorre com uma mulher, existe uma propensão do seu comportamento ser julgado como excesso de emotividade, perda da racionalidade ou fraqueza (COELHO, 2006). O que acontece nessas situações é o que é bem explicado no ditado popular “um peso e duas medidas”. As mulheres enfrentam diariamente julgamentos que afetam negativamente a sua imagem de potencial boa líder, mesmo que tenham atitudes semelhantes à dos homens, e isso constrói, aos olhos dos seus superiores, uma imagem que pode ser decisiva na sua evolução profissional.

Apesar da maior inserção da mulher no mercado de trabalho e a diversificação das áreas de atuação – o que vem dinamizando as multiterritorialidades vivenciadas por elas –, as territorialidades de bases patriarcais atuam de forma a fortalecer padrões masculinos no mundo do trabalho, com a imposição hierárquica predominante do sexo masculino. Isso faz prevalecer a direção masculina no ambiente corporativo.

Compreendendo as relações de poder estabelecidas na sociedade é perceptível o impacto causado, como dificuldade imposta, ao trabalho da mulher e sua emancipação profissional. As mulheres vivem mais intensamente o complexo processo de vivenciar múltiplas territorialidades com o redesenho constante do mercado de trabalho e da sociedade cada dia mais plural.

A multiterritorialidade é um fenômeno intensificado na contemporaneidade principalmente com a dinâmica oriunda das tecnologias de comunicação. A construção de referências socioculturais e as vivências territoriais são ampliadas e compartilhadas com grupos com territorialidades diferentes, principalmente através da tecnologia e da velocidade de circulação das informações. O deslocamento virtual tão vivenciado no mundo pós-moderno dinamiza a interação múltipla, em ordem global e local, das territorialidades de forma complexa

e instável (HAESBAERT, 2007). Assim, a ideia de se buscar e conquistar uma boa posição no mercado de trabalho e ideais feministas são compartilhados por mulheres de territórios distintos. Vale ressaltar que, como visto anteriormente, o acesso a essas tecnologias acontece de forma diferente para os indivíduos. O maior ou menor acesso à tecnologia influencia de forma significativa a vivência de novas e múltiplas territorialidades. Mesmo em um mesmo território, as vivências provocadas pela tecnologia são distintas entre os indivíduos. Segundo Heidrich (2013),

Nas reflexões desse campo também se agregam as tensões entre os espaços da vida simples e as tendências globalizantes orientadas para a sistematização da vida e o aprofundamento da exploração capitalista, evidenciando-nos que o conflito, a tensão e a luta são aspectos essenciais das geografias que vivemos (HEIDRICH, 2013, p. 1).

A globalização e a tecnologia possibilitam a conexão de mulheres que possuem objetivos, interesses e necessidades em comum. Uma das formas de estabelecimento dessas conexões é a formação de redes de apoio. Essas redes de apoio as mulheres, sejam elas nacionais ou internacionais, possuem como objetivos, combater a desigualdades de gênero e auxiliar no empoderamento e no desenvolvimento econômico feminino, para que as mulheres possam ter independência financeira e decisão sobre seus negócios e vidas.

Outro importante trabalho realizado por essas instituições são pesquisas destinadas a compreender com um maior número de variáveis, o contexto social e econômico das mulheres. A partir dessas pesquisas, são realizados programas de apoio as mulheres empreendedoras.

A ONU declara que as empresas são agentes fundamentais para alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e que elas devem trabalhar de forma conjunta se mobilizando em rede. A ONU Mulheres incentiva a interação desses grupos para garantir uma visão de identidades sociais e sistemas relacionados de opressão, dominação ou discriminação, exaltando a pluralidade das mulheres e as múltiplas exclusões que as atingem. Essa articulação tem o objetivo maior de acelerar o processo de construção de um mundo mais justo para as mulheres (ONU, 2017).

A ONU além de incentivar as empresas a se articularem para construir uma maior igualdade de gênero, apoia institucionalmente alguns movimentos que compartilham desse propósito. (ONU, 2017).

Há inúmeras iniciativas globais de programas e prêmios que trabalham a articulação de

ações voltadas ao empoderamento feminino e a uma maior igualdade de gênero. Em todas essas ações é possível perceber que a ideia de que a vida social da mulher impacta diretamente nos seus resultados no mercado de trabalho, reiterando o que foi abordado até aqui nessa pesquisa⁴.

As mulheres hoje, simultaneamente, são estimuladas a se profissionalizarem e a serem responsáveis pelos cuidados com os filhos, dos familiares e do lar, vivenciando multiterritorialidades relacionadas a antigos e novos valores.

As múltiplas territorialidades vivenciadas pelas mulheres em constante relação com o mercado de trabalho acabam por desenhar as representações das mulheres no mercado de trabalho e suas dificuldades em assumirem posições estratégicas.

Presenciamos diversas territorialidades emergentes que antes eram subjugadas. Percebe-se uma construção de um processo inteiramente novo de territorialização, em escala mundo, formando novas identidades, redes de apoio voltadas ao desenvolvimento das mulheres no mercado de trabalho e organizações multinacionais empenhadas a contribuir na construção de territórios mais flexíveis e mais facilmente integradores.

4 A DUPLA JORNADA E A BUSCA PELO EMPREENDEDORISMO

A inequidade de resultados entre homens e mulheres no mercado de trabalho associada a dupla jornada da mulher – que se desdobra para desempenhar seu papel socialmente imposto de responsável pelos cuidados dos filhos e do lar – geram efetiva precarização de sua situação social, principalmente entre as de mais baixa renda. Isso acaba por provocar a degradação dos seus vínculos com o mercado de trabalho, criando dificuldades concretas de, em muitos casos, garantirem minimamente a sua subsistência e de suas famílias.

As territorialidades vivenciadas pelas mulheres, como os papéis absorvidos no trabalho e na família, podem se encontrar em tensão e apresentar conflitos. Esse conflito, muitas vezes

⁴ Podem ser listadas, entre outras, algumas instituições que integram a rede de apoio as mulheres e que se destacam no Brasil atualmente: Instituto Rede Mulher Empreendedora, Mulheres do Brasil, Mulheres que Inspiram, Be.Labs, Empreender mulher, Rede Asta, MIA, Consulado Mulher, Fundo Periferia Empreendedora, Feminaria, Escola Você e ELAS. No Brasil, há também alguns prêmios destinados a reconhecer empresas que implantam programas que promovam a cultura de equidade de gênero e o empoderamento da mulher, com o objetivo de alavancar carreiras femininas, sendo o GPTW (Great Place do Work) e o WEPs BRASIL os de maior relevância. O WEPs BRASIL é reconhecido pela ONU e é um prêmio que possui outras versões mundiais. Também merece destaque o Prêmio Sebrae Mulher de Negócios, que tem como objetivo identificar, selecionar e premiar os relatos de vida de mulheres empreendedoras de todo o país.

denominado conflito trabalho-família, ocorre, entre outros motivos, quando os recursos tempo, atenção e energia são empregados em uma esfera deixando a outra deficiente, quando existe uma sobrecarga de atividades ou quando o exercício de um papel impacta diretamente no exercício do outro papel de forma a prejudicar ou impossibilitar a sua execução (EDWARDS; ROTHBARD, 2000).

Consideradas as principais responsáveis pelos cuidados com o lar, as mulheres assumem uma difícil conciliação entre o trabalho doméstico e o extra doméstico. Há uma restrita parcela da população que consegue pagar para que outras pessoas (outras mulheres) executem o trabalho doméstico, mas isso não as eximem da responsabilidade pela manutenção do lar. Assim o mundo particular se articula com o do trabalho sobrecarregando as mulheres e as fazendo acumular extensivas horas de trabalho.

Na tentativa de conseguir conciliar seus múltiplos papéis, ou por vontade própria ou por necessidade, há mulheres que buscam alternativas que as possibilitem ter flexibilidade nos horários de trabalho, facilitando a articulação de suas responsabilidades para se movimentarem em ambos os territórios de maneira mais fluída. Busca-se alternativas, verdadeiras “pontes”, que liguem os territórios na tentativa de exercerem suas multiterritorialidades. Uma das alternativas buscadas pela mulher é o empreendedorismo. Nele, as mulheres veem principalmente a oportunidade de ocuparem um posto estratégico, mais bem remunerado e que flexibilize suas atividades de forma a conciliar suas múltiplas funções.

As práticas do empreendedorismo feminino são sinais em evidência da ruptura com as formas predominantes da reprodução econômica e do lugar “designado” a mulher no mercado de trabalho. Com o empreendedorismo, as mulheres deixam de ser mão de obra subjugada às oportunidades do mercado de trabalho e passam a ocupar um papel estratégico dentro de suas próprias organizações.

Os dados da pesquisa GEM (2018), pesquisa destinada a levantar dados sobre empreendedorismo no mundo todo, apontam o Brasil como possuindo umas das maiores taxas de empreendedorismo em fase inicial, estando em 12º lugar dentre os 49 países comparados, contado com 23,3% dos homens e 23,1% das mulheres. O que aparentemente se apresenta como uma boa estatística, mostrando o empoderamento feminino, esconde o principal motivo que eleva esse percentual.

Como esclarecido em seu próprio relatório, o GEM (2018) indica que a elevação da taxa de empreendedorismo feminino está associada a pobreza e a desigualdade da sociedade e o

empreendedorismo se daria como uma alternativa encontrada pelas mulheres para se inserir no mercado de trabalho e garantir a sua sobrevivência e de sua família. A pesquisa aponta que as mulheres também buscam empreender para complementar renda e para se realizar profissionalmente, porém, a necessidade é o maior fator que leva ao empreendedorismo feminino. Enquanto para os homens o empreendedorismo por necessidade representa 42,8% dos casos, para as mulheres esse percentual é de 57,2%. Ainda de acordo com o GEM (2018), esse número revela a vulnerabilidade a qual a mulher está mais exposta, decorrente da falta de oportunidade de emprego e geração de renda. De qualquer forma, esse dado revela um significativo movimento emergente de novas territorialidades.

Quando contabilizado o empreendedorismo estabelecido, ou seja, aquele que já funciona a um período superior a 42 meses, não encontramos mais a equidade de resultado entre homens e mulheres. Os homens alcançaram uma taxa de 23,3%, já as mulheres 17,2%, uma diferença de 6,1%. “Essa diferença tem sido constante ao longo dos anos, suscitando o questionamento sobre as razões que levam as mulheres a terem negócios menos longevos que os homens” (GEM, 2018, p. 38).

As mulheres possuem menor acesso a financiamentos bancários, o que impacta diretamente na longevidade de seus negócios. Apesar do índice de inadimplência feminino ser menor que o masculino, as mulheres ainda arcam com taxas de juros mais altas que os homens (SEBRAE, 2019). Importante acrescentar, que não é só o menor acesso ao crédito e o crédito mais caro direcionado as mulheres que impactam no ciclo de vida dos seus empreendimentos, há uma rede de fatores tecidos socialmente que trazem dificuldades concretas à sobrevivência do negócio da mulher.

Quental & Wetzel (2002), em sua pesquisa destinada a compreender o conflito trabalho-família, apontaram um significativo aumento no conflito trabalho-família vivenciado pelas mulheres empreendedoras devido à flexibilidade e liberdade. A conclusão dos autores aponta que, com a existência de um horário flexível de trabalho (remunerado), as mulheres mesclam as atividades profissionais com as domésticas.

A mulher empreendedora, ao buscar soluções financeiras para o sustento da família e de flexibilidade para cuidar das suas atribuições domésticas, se vê, de maneira geral, envolvida em uma quantidade maior de trabalho e responsabilidades. As territorialidades podem, de certa forma, se manifestarem de forma antagônica, ainda que as identidades que as ancoram pertençam a um mesmo grupo.

Nesse dinâmico movimento multiterritorial, é perceptível que a mulher acaba sentindo a necessidade de fazer uma escolha entre suas aspirações profissionais ou a constituição de uma família, considerando que assumir uma “dupla jornada” não é viável. Em consequência de se verem em posição de escolha, as mulheres, em escala global, rompem com os anseios pessoais e se direcionam em busca da sua ascensão profissional ou paralisam seus anseios profissionais para cuidar dos filhos.

Pode-se considerar que as mulheres vivenciam, quase sempre, uma desvantagem, uma vez que existe uma sobrecarga de responsabilidades condicionadas pela cultura familiar e pela sociedade. Quando essas mulheres optam por se posicionarem no mercado de trabalho, paralelamente fica adiada a execução de seus projetos pessoais. O aumento geral do nível de instrução feminino e sua busca profissional refletem na taxa de fecundidade (OLIVEIRA ET ALL, 2012). Não podemos negar a tendência globalizante da queda da taxa de fecundidade e o adiamento da maternidade geralmente associados a emancipação da mulher no seu nível de instrução, no mercado de trabalho e conseqüentemente na sociedade.

5 CONCLUSÃO

O trabalho remunerado é certamente uma das dimensões mais importantes para a sociedade, tanto para as organizações quanto no que se refere a construção da identidade do sujeito, sua independência econômica e sua realização pessoal. Dado o significado do trabalho remunerado em nossas sociedades, ele se torna também um mecanismo de reprodução de desigualdades e exclusões, assim como reforça tantas outras injustiças sociais.

Ao analisarmos o percurso da mulher no mercado de trabalho foi possível verificar a evolução e os fatos históricos em relação à política, a cultura, a economia e principalmente as relações de poder associadas a essa caminhada. As mulheres trilharam um difícil caminho de conquistas no mercado de trabalho bem como na sociedade. Elas modificaram territorialidades e territórios, lutando contra os preconceitos reproduzidos daquelas que trabalhavam e sua subalternização aos homens dentro e fora do lar.

O Brasil passou por grandes transformações no último século, mas nossa herança cultural e política fundamentadas na divisão sexual do trabalho e no patriarcalismo são os alicerces das multiterritorialidades vivenciadas pelas mulheres. Ela persiste marcando

o mercado de trabalho por desigualdades e preconceitos no que se diz respeito ao gênero, ainda que os dados apresentados nesse estudo evidenciem o crescimento do protagonismo feminino.

As barreiras que impedem a ascensão das mulheres aos cargos mais altos das organizações perpassam pela necessidade de compreender o território como componente central das relações humanas. Ainda que as multiterritorialidades vivenciadas pelas mulheres estejam no pilar das ações desenvolvidas por redes de apoio a emancipação econômica e social da mulher – incorporando ações tanto no nível nacional quanto internacional –, ainda encontramos tímidos resultados em prol da causa. As mulheres vivenciam uma intensa multidimensionalidade e precisam de um olhar inovador e completo, que não segregue, para continuar redefinindo seu papel na sociedade.

Estimular tanto a inserção, como a emancipação das mulheres no mercado de trabalho, com igualdade entre homens e mulheres – de direitos, salários e julgamentos sobre suas condutas – é algo fundamental para uma sociedade que busca transformar e mitigar danos sociais, inclusive sobre o desenvolvimento econômico da nação. Através de condições proporcionais, as mulheres vislumbram condições de maior autonomia e protagonismo em suas vidas, sendo esses também, aspectos importantes e transformadores de suas identidades sociais.

A imposição hierárquica do sexo masculino e a idealização do masculino como detentor de maior preparo para o trabalho e para a liderança, nega às mulheres o seu pleno desenvolvimento na carreira, estando essa ideia intrínseca a forma predominante de trabalho.

Compreender, a partir da Geografia Humana, a multiterritorialidade patriarcal-capitalista possibilitará que se vislumbrem novos horizontes transformadores, com novas e múltiplas territorialidades e com maior possibilidade de uma sociedade igualitária.

De forma sucinta, pode-se apontar alguns temas não abordados ou não aprofundados neste trabalho, que podem pautar estudos futuros: 1) Dificuldade das mulheres em obterem financiamentos; 2) Causas que levam as mulheres a terem negócios menos longevos; 3) Diferentes percepções em relação as mesmas atitudes de homens e mulheres dentro das organizações, principalmente quando ocupam cargos mais altos na hierarquia; e 4) O trabalho flexível como instrumento para atender as novas dinâmicas territoriais.

Por fim, espera-se que, diante da carência de trabalhos que analisem a questão da desigualdade de gênero no mundo do trabalho sobre uma perspectiva territorial, que este estudo contribua para aumentar o interesse de outros pesquisadores por este tema.

REFERÊNCIAS

ALVESSON, M; BILLING, Y. *Understanding Gender and Organizations*. SAGE Publications Ltd, London, 2009.

BAQUERO, R. V. A. Empoderamento: instrumento de emancipação social? – uma discussão conceitual. *Revista Debates*, v. 6, n. 1, p. 173-187, jan.-abr. 2012.

CAVENAGHI, S.; ALVES, J. *Mulheres chefes de família no Brasil: avanços e desafios*. Rio de Janeiro: ENS-CPES, 2018.

COELHO, D. Ascensão profissional de homens e mulheres nas grandes empresas brasileiras. In: DE NEGRI, JA, DE NEGRI, F.: COELHO, D.(Ed.). *Tecnologia, exportação e emprego*. Brasília, DF: *Instituto Econômico de Pesquisa Aplicada*, p. 143-159, 2006.

CORTEZ, M. B.; SOUZA, L.. Mulheres (in) subordinadas: o empoderamento feminino e suas repercussões nas ocorrências de violência conjugal. *Psicologia: teoria e pesquisa*, v. 24, n. 2, p. 171-180, 2008.

EDWARDS, J.; ROTHBARD, N. Mechanisms linking work and family: Clarifying the relationship between work and family constructs. *Academy of management review*, n. 1, pág. 178-199, 2000.

FRANÇA, A; SCHIMANSKI, E. Mulher, trabalho e família: uma análise sobre a dupla jornada feminina e seus reflexos no âmbito familiar. *Emancipação*, n.1, p.65-78, 2009.

GEM - GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. *Empreendedorismo no Brasil: Relatório Executivo 2018*. 2018.

GIDDENS, A. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas*. Editora da Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 1993.

HAESBAERT, R . *O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. *GEOgrafia*. Ano IX. N. 17, 2007.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. *Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas*. n. 2, v. 1, ago. 2007.

HEIDRICH, Á; COSTA, B; PIRES, Cl. *Maneiras de ler: geografia e cultura*. Porto Alegre: Imprensa Livre: Compasso Lugar Cultura, 2013.

HIRATA, H. A Precarização E A Divisão Internacional E Sexual Do Trabalho. *Sociologias*, n. 21, p. 24-41, jun. 2009.

IBGE (2018). *Estatísticas de gênero e indicadores sociais das mulheres no Brasil*. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=resultados>>. Acesso em: 21 de ago. 2020.

KANAN, L. Poder E Liderança De Mulheres Nas Organizações De Trabalho. *Organizações & Sociedade*, n.53, p. 243-257, jun. 2010.

NEVES, M. Anotações Sobre Trabalho E Gênero. *Cadernos de Pesquisa*, n.149, p.404-421, ago. 2013.

OLIVEIRA, M. M.; SILVA, N. N.; MENEZES, R. S. S.; LUIZ, G. V.; PALMEIRA, P. A. Administrando trabalho e família: um estudo de caso sobre mulheres profissionais com alto nível de instrução. *Oikos: Família e Sociedade em Debate*, n. 1, p. 170-200, 2012.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Princípios De Empoderamento Das Mulheres*. 2017.

QUENTAL, C; Wetzel, U. Equilíbrio trabalho-família e empreendedorismo: a experiência das mulheres brasileiras. In: *Anais do Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*, 2002.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Editora Ática S.A, 1993.

SAQUET, M. Reflexões sobre o conceito de território e suas relações com os estudos de cultura e identidade. In: HEIDRICH, Á; COSTA, B; PIRES, C (Orgs.). *Maneiras de ler geografia e cultura*. Porto Alegre: Imprensa Livre: Compasso Lugar Cultura, p. 37-51, 2013.

SAQUET, M; SPOSITO, E. *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. Editora expressão popular, 2009.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. *Relatório especial: Empreendedorismo Feminino no Brasil*. 2019.

TELES, M. *Breve história do feminismo no Brasil*. Ed. Brasiliense, 1993.